

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA

VIVIAN SANTOS BRANDÃO

**O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA INDÍGENA ANCELMO BISPO DE SOUZA,
INHAPI, 2019-2021**

Delmiro Gouveia – AL

2024

VIVIAN SANTOS BRANDÃO

**O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA INDÍGENA ANCELMO BISPO DE SOUZA,
INHAPI, 2019-2021**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como requisito para a obtenção da graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

Delmiro Gouveia – AL

2024

Folha de aprovação

VIVIAN SANTOS BRANDÃO

O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA INDÍGENA ANCELMO BISPO DE SOUZA, INHAPI, 2019-2021

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como requisito para a obtenção da graduação em História.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 PEDRO ABELARDO DE SANTANA
Data: 26/11/2024 22:26:06-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 GERCINALDO DE MOURA MEDEIROS
Data: 03/12/2024 11:13:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Examinador interno: Gercinaldo de Moura Medeiros
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 VINICIUS ALVES DE MENDONÇA
Data: 30/11/2024 07:53:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Examinador externo: Prof. Me. Vinicius Alves de Mendonça
SEDUC / Alagoas

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas e os desafios do ensino de História na Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza, localizada no município de Inhapi- AL. A partir da experiência do estágio curricular obrigatório que realizei nesta escola, no período de 2019 à 2021, foram elaborados alguns relatórios que serão utilizados como fontes da pesquisa, além de fotografias, bibliografias e observações no campo. Adotaremos a noção da prática da educação diferenciada na disciplina de História voltado para cultura do povo indígena. Também trataremos de evidenciar algumas dificuldades enfrentadas pelos professores não indígenas lecionando em uma escola indígena. Ademais, discutimos a importância do direito à educação diferenciada para os povos indígenas, com um foco na valorização de sua cultura e identidade por meio do ensino de História.

Palavras-chave: Indígenas; Ensino diferenciado; Ensino de História.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the pedagogical practices and challenges of teaching History at the Ancelmo Bispo de Souza Indigenous School, located in the municipality of Inhapi - AL. Based on the experience of the mandatory curricular internship that I carried out at this school, from 2019 to 2021, some reports were prepared that will be used as research sources, in addition to photographs, bibliographies and observations in the field. We will adopt the notion of the practice of differentiated education in the History discipline focused on the culture of indigenous people. We will also try to highlight some difficulties faced by non-indigenous teachers teaching in an indigenous school. Furthermore, we discuss the importance of the right to differentiated education for indigenous peoples, with a focus on valuing their culture and identity through the teaching of History.

Keywords: Indigenous; Differentiated teaching; History Teaching.

Sumário

1 - Introdução	7
2 - Ensino de história e a educação indígena	9
2.1 Ensino de História.....	11
2.2 O ensino de História e a diversidade cultural	12
3 - Estudo de caso: Uma análise do ensino na Escola Indígena Anselmo Bispo de Souza	13
3.1 O ensino diferenciado na escola indígena Anselmo Bispo de Souza	22
4 - Considerações finais	30
Referências	32

1 - Introdução

O estudo do ensino de História desempenha um papel fundamental na compreensão e preservação das identidades culturais, promovendo a reflexão sobre o passado, presente e futuro das sociedades. Nesse contexto, é importante considerar as particularidades e desafios enfrentados pelo ensino de História em escolas indígenas, uma vez que tais instituições são espaços de afirmação e resgate das tradições e conhecimentos ancestrais das comunidades indígenas.

No contexto da comunidade indígena Koiupanká, a importância das memórias se destaca de maneira significativa na construção da identidade desse povo. As memórias, que são transmitidas de geração em geração, desempenham um papel crucial na formação do que significa ser parte daquela comunidade. Elas não se limitam a recordações individuais, mas são narrativas coletivas que refletem a história, os costumes e as tradições do grupo.

Vários pesquisadores têm abordado a relevância da memória como uma fonte histórica fundamental. Segundo Bosi (1994), a memória nos ajuda a compreender de maneira ampla a sociedade em que vivemos e suas transformações ao longo do tempo. Muitas das lembranças que guardamos não são exclusivamente nossas, mas sim narrativas compartilhadas por pessoas próximas, que depois são relembradas. Dessa forma, podemos entender que essas memórias são construídas coletivamente. Elas estão conectadas a experiências ou eventos que, de algum modo, têm significado para o indivíduo, mesmo que de forma subjetiva.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o ensino de História na Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza, localizada no município de Inhapi-AL, durante o período de 2019 a 2021, com base na atividade de estágio obrigatório realizado nesse período. Será analisado como essa escola valoriza e promove a cultura indígena Koiupanká, como o ensino busca fortalecer a identidade e o pertencimento dos estudantes, além de garantir o direito à educação intercultural e bilíngue. Desta forma, descrevendo a metodologia do ensino de História na escola selecionada, identificando as dificuldades dos professores não indígenas ao lecionar em uma escola indígena, e como acontece o ensino diferenciado nessa escola.

Além disso, o estudo também busca refletir sobre os desafios enfrentados pela escola, as conquistas alcançadas, as potencialidades e limitações do ensino de História, contribuindo, assim, para a compreensão e aprimoramento das práticas educacionais nas escolas indígenas e no contexto mais amplo da educação intercultural.

Ao analisar o ensino de História na referida escola, espera-se contribuir para o debate acadêmico sobre o ensino de História em escolas indígenas, ampliando a compreensão das dinâmicas, desafios e possibilidades desse campo de atuação. Ademais, busca-se valorizar e difundir experiências pedagógicas bem-sucedidas, a fim de promover a troca de conhecimentos e fortalecer as práticas educativas voltadas para a valorização da cultura indígena e a construção de uma educação inclusiva e plural. Também é nosso interesse contribuir para a investigação de temas relacionados ao sertão alagoano (Santana, 2023).

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa de campo realizada na escola indígena, utilizando-se de observações direta e análise documental. Por meio desses métodos, buscou-se compreender como o ensino de História tem sido estruturado, quais as estratégias pedagógicas utilizadas e como os estudantes têm percebido a importância do aprendizado histórico para a sua formação e identidade. Assim, metodologicamente o trabalho fundamenta-se naquilo que Moreira e Caleffe (2008) denominam de pesquisa etnográfica, haja vista ela intermediará a comunicação entre o pesquisador e o objeto que se estuda, com finalidade de uma melhor compreensão de como é aplicado os assuntos em sala, e quais são os assuntos estudados na disciplina de História na aldeia Koiupanká.

Moreira e Caleffe 2008, dizem que o intuito da pesquisa seja proporcionar uma percepção significativa sobre as práticas educacionais, as relações interpessoais e as dinâmicas presentes nos ambientes escolares, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimento relevante e contextualizado na área da educação. Na pesquisa etnográfica a um contato direto com a cultura, tendo a possibilidade de enxergar mais a fundo as temáticas aplicadas na escola, como também “descrever, analisar e interpretar uma faceta ou segmento da vida social de um grupo e como isso se relaciona com a educação” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p.86.)

A classificação desta prática quanto ao objetivo utilizado é exploratória, uma vez que cabe nessa pesquisa levantar as informações sobre o objeto de estudo, que irá proporcionar uma visão ampla desse tema. A sua finalidade prática porquanto consistirá na pesquisa básica, dado que ela alarga o conhecimento sobre o tema escolhido.

Esse tema foi escolhido pois sempre tive curiosidade em conhecer um pouco mais sobre a educação indígena, dado que durante o ensino fundamental e médio nunca tive um conhecimento aprofundado sobre esse assunto que abrangem tantas outras dimensões que ainda é desconhecido por muitos. Com o contato durante o estágio supervisionado na escola indígena Ancelmo Bispo de Souza, despertou-me o interesse em conhecer sobre esse povo e sobre sua forma de educação.

2 - Ensino de história e a educação indígena

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2021) é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. No contexto da educação indígena, a BNCC tem um papel importante ao reconhecer a diversidade cultural do país e orientar a inclusão dos saberes e tradições dos povos indígenas nos currículos escolares.

A BNCC prevê a valorização da cultura indígena e o respeito à pluralidade étnico-racial como princípios fundamentais para uma educação inclusiva e de qualidade. Ela destaca a importância de promover o diálogo intercultural, o reconhecimento das diferentes formas de conhecimento e a valorização das identidades dos povos indígenas em todo o processo educativo. No que diz respeito à educação indígena, ela reconhece a necessidade de garantir uma formação escolar que respeite e valorize as especificidades culturais, linguísticas e territoriais dessas comunidades. Também orienta a inclusão dos conteúdos relacionados à história, cultura e saberes tradicionais indígenas nos diferentes componentes curriculares, contribuindo para uma visão mais ampla e plural da sociedade brasileira (Brasil, 2018).

Além disso, a BNCC ressalta a importância da formação de professores capacitados para atuar de forma sensível e respeitosa junto às comunidades indígenas, promovendo práticas pedagógicas que valorizem os conhecimentos locais e estimulem o protagonismo dos estudantes indígenas em seu processo de aprendizagem.

A educação indígena é um campo de estudo e prática que busca compreender e valorizar os saberes, as tradições e a cultura dos povos indígenas no processo educativo. O ensino de história e a educação indígena são temas fundamentais para promover uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação às culturas e saberes dos povos originários. No contexto brasileiro, a valorização da história e da cultura indígena nas práticas educacionais é essencial para combater estereótipos, preconceitos e promover a valorização da diversidade cultural do país.

Segundo Bittencourt (1994), a inclusão de conteúdos relacionados à história indígena é crucial para desconstruir visões eurocêntricas e colonialistas que muitas vezes predominaram nos currículos escolares. É importante que os estudantes tenham a oportunidade de aprender sobre as sociedades indígenas pré-coloniais, suas formas de organização social, suas línguas, cosmologias e contribuições para a formação da identidade nacional.

Além disso, para Bittencourt (1994), a educação indígena propõe um diálogo intercultural mais significativo, no qual os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas são valorizados e incorporados ao currículo escolar. Isso não apenas enriquece o processo educativo, mas também fortalece a autoestima e o respeito pela diversidade cultural entre os estudantes.

É importante que os professores recebam formação adequada para abordar de forma sensível e respeitosa as temáticas relacionadas à história e à cultura indígena em sala de aula. O diálogo com as comunidades indígenas, o uso de materiais didáticos contextualizados e o respeito às especificidades culturais de cada povo são aspectos essenciais para garantir uma educação mais inclusiva e plural. Dessa forma, o ensino de história e a educação indígena podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e consciente da importância da diversidade cultural na formação da identidade nacional.

Bitencourt (1994) ressalta a necessidade de uma formação docente mais sensível e preparada para lidar com as demandas específicas da educação indígena, incluindo o respeito às cosmovisões, tradições e rituais das comunidades nativas. Enfatizando a importância de políticas públicas que garantam o acesso dos povos indígenas a uma educação de qualidade, que respeite sua diversidade cultural e promova sua autonomia.

No contexto do ensino de história para populações indígenas, Bitencourt (1994) destaca a importância de uma abordagem que reconheça e valorize as narrativas, tradições e memórias desses povos, sem reproduzir visões estereotipadas ou eurocêntricas. Defendendo a necessidade de um currículo escolar que inclua conteúdos relevantes para os indígenas, respeitando suas formas próprias de organização social, suas línguas e suas práticas culturais. A implementação de uma educação intercultural bilíngue é uma das principais demandas das comunidades indígenas, visando garantir que seus jovens tenham acesso a uma formação acadêmica de qualidade sem que isso signifique a perda de sua identidade cultural. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de materiais didáticos específicos, a formação de professores capacitados e o reconhecimento da autonomia das comunidades no processo educativo.

As políticas públicas voltadas para a educação indígena devem ser pautadas no respeito aos direitos coletivos desses povos, garantindo o acesso universal e igualitário à educação, o fortalecimento das escolas indígenas e o diálogo permanente com as lideranças locais. A valorização da diversidade é um princípio fundamental que deve orientar todas as iniciativas educacionais voltadas para as populações indígenas.

Portanto, a educação indígena é um campo de estudo que visa resgatar e valorizar a cultura, a história e os saberes dos povos indígenas, proporcionando uma educação intercultural, contextualizada e inclusiva. Através da educação indígena, busca-se fortalecer as identidades

culturais, promover o protagonismo indígena e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa com a diversidade.

De acordo com as assertivas de Azevedo (2016), a educação indígena é um importante instrumento de fortalecimento das identidades culturais e de combate ao processo de assimilação e perda de valores ancestrais. O autor destaca que a educação indígena deve ser pautada por uma abordagem intercultural, que valorize tanto os conhecimentos tradicionais quanto os conhecimentos científicos, estabelecendo um diálogo entre essas diferentes formas de saber.

2.1 Ensino de História

O ensino de História desempenha um papel crucial na formação dos estudantes brasileiros. Ele é responsável por promover a compreensão do passado, a construção da identidade e a reflexão sobre a relação entre eventos históricos e o presente. Buratto (2007), destaca que no Brasil, um país de rica diversidade cultural e étnica, o ensino de História adquire uma dimensão ainda mais complexa e enriquecedora.

O Brasil é um país marcado por sua diversidade cultural, resultado da interação de diversas etnias ao longo de sua história. Desde a chegada dos povos indígenas, passando pelo período da colonização portuguesa, o tráfico de africanos escravizados, a imigração de europeus e asiáticos, até os fluxos migratórios mais recentes, o Brasil é um mosaico de culturas e tradições. Essa diversidade é um dos elementos definidores da identidade nacional, tornando o país um exemplo de pluralidade (Silva, 2017).

O ensino de História no Brasil é orientado por uma série de documentos legais que estabelecem os princípios e diretrizes para a Educação Básica. Entre os principais documentos destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI, 2009).

A LDB, Lei nº 9.394/96, é o principal marco legal da educação no Brasil. Ela estabelece os princípios e diretrizes gerais da educação, incluindo a obrigatoriedade do ensino de História e a valorização da diversidade cultural. A BNCC é um documento que estabelece os conteúdos mínimos que devem ser ensinados em todas as escolas do país. Ela orienta o ensino de História, incluindo a abordagem da diversidade cultural e étnica brasileira.

A Política Nacional de Educação Escolar Indígena reconhece a necessidade de um ensino diferenciado para as populações indígenas, respeitando suas línguas, culturas e tradições. Ela estabelece diretrizes específicas para o ensino de História nas escolas indígenas. Além disso, a política propõe que se utilize a língua materna como meio de ensino e aprendizagem, reconhecendo que a língua é um componente essencial da cultura e da identidade indígena. O bilinguismo – onde se ensina tanto na língua indígena quanto em português – é incentivado para promover uma educação mais inclusiva e eficaz.

2.2 O ensino de História e a diversidade cultural

O ensino de História deve refletir a diversidade cultural do Brasil, promovendo o respeito às diferentes culturas e contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua identidade. Isso implica na superação de estereótipos e preconceitos, na valorização das contribuições das diversas etnias e na compreensão das complexas relações entre elas ao longo da história.

Conforme discutem Bittencourt (1994) e, mais recentemente, Santana e Silva (2020), o ensino de História é uma ferramenta poderosa para compreender o passado, refletir sobre o presente e construir a identidade de um povo. No Brasil, um país marcado por uma riqueza extraordinária de culturas e etnias, o ensino de História assume um papel ainda mais vital. A diversidade cultural brasileira é um dos traços mais distintivos da nação, e o ensino de História deve ser um veículo para promover a valorização e o respeito por essa pluralidade.

A história do Brasil é um reflexo da diversidade cultural que se estabeleceu ao longo dos séculos. Desde os povos indígenas que habitavam a região muito antes da chegada dos europeus, passando pelos africanos trazidos como escravizados, até os imigrantes europeus, asiáticos e de outras origens que se estabeleceram no país, a cultura brasileira é uma fusão de influências ricas e variadas (Silva, 2017).

Essa riqueza cultural se manifesta em todos os aspectos da sociedade, desde a culinária até a religião, passando pela música, dança e festividades. Cada região do Brasil possui suas tradições únicas, muitas das quais estão intrinsecamente ligadas a grupos étnicos específicos.

O ensino de História desempenha um papel crucial na promoção da diversidade cultural. Ele possibilita que os estudantes conheçam as diferentes culturas que compõem o Brasil e entendam como essas culturas interagiram ao longo do tempo. Combater a estereótipos e preconceitos também é outro aspecto que deve ser considerado, pois, ao abordar a diversidade

cultural do Brasil de maneira adequada, o ensino de História pode contribuir para combater estereótipos e preconceitos enraizados. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa (Bittencourt, 1994).

O ensino de História pode ainda incentivar o respeito e a tolerância em relação às diferentes culturas presentes no Brasil. Isso é essencial para a convivência harmoniosa em uma sociedade multicultural. Além disso, este ensino permite que os estudantes façam conexões entre o passado e o presente, compreendendo como eventos históricos influenciaram a formação da sociedade atual (Santana e Silva, 2020).

Reconhecer as contribuições culturais de diferentes grupos étnicos é uma parte importante do ensino de História. Isso inclui a valorização das tradições indígenas, da cultura afro-brasileira e das influências europeias, asiáticas e de outros grupos. Apesar da importância do ensino de História na promoção da diversidade cultural, existem desafios a serem enfrentados. A seleção de conteúdo, a capacitação de professores e a adaptação do currículo são questões que requerem atenção constante. Além disso, o ensino de História deve ser sensível às diferentes realidades e experiências das diversas regiões do Brasil.

No entanto, esses desafios representam também oportunidades. A diversidade cultural é uma fonte inesgotável de conhecimento e enriquecimento, e o ensino de História pode ser um meio para celebrar essa diversidade e promover a compreensão mútua. Por meio dele, os estudantes podem aprender a valorizar e respeitar as diferentes culturas que compõem a nação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa.

3 - Estudo de caso: Uma análise do ensino na Escola Indígena Anselmo Bispo de Souza

A educação indígena no Brasil vem se arrastando a longos anos para conseguir melhorias e uma educação satisfatória para o seu povo. Quando se fala em educação indígena tem-se em mente uma educação distinta e peculiar, efetivamente é isso que ela é, e seu povo tem se empenhado a cada dia por melhoramentos em sua estrutura. Segundo Pereira, “A educação escolar dos índios torna-se um exemplo único porque se apresenta como uma política indígena própria, e germinada do seio das organizações e movimentos indígenas” (Pereira *et al.*, 2016. p. 8).

Não é dissemelhante na Escola Estadual Indígena Anselmo Bispo de Souza localizada na aldeia Roçado no município de Inhapi-AL, esta funciona desde o ano de 2006. As aulas foram iniciadas embaixo de um cajueiro, depois alguns indígenas da comunidade emprestaram

espaços como garagem e casa para que a escola funcionasse. Em 2008 as turmas foram centralizadas na aldeia Roçado, e mesmo assim continuou em espaços cedidos pela comunidade, como sala de artesanato e salão da comunidade.

O nome da escola é em homenagem a Anselmo Bispo de Souza. Ele era indígena, e veio do município de Brejo dos Padres – PE, juntamente com sua família, irmãos e primos e se instalaram nos roçados. Devido a sua importância no processo histórico decidiu-se homenageá-lo. O povo Koiupanká está organizado e reconhecido étnica e socialmente desde 2001. São em média 183 famílias vivendo em três aldeias: Roçado, Baixa Fresca e Baixa do Galo.

No decorrer dos anos, esta vem se empenhando por uma educação tempestiva para o seu povo. Diante disso, Pereira *et al.* afirma que

As conquistas dos direitos indígenas para uma educação escolar específica e diferenciada começaram a valer com a nova Constituição de 1988 a qual reconhece os direitos indígenas e lhes dá autonomia para fazer seus projetos específicos que vise às necessidades do povo e valorize a cultura tradicional (p.8).

Isto posto, a escola indígena Anselmo Bispo de Souza vem trazendo inovações no seu sistema pedagógico, e uma delas é a disciplina de História de Identificação, disciplina essa em que eles aprendem sobre a história da comunidade, suas lutas, e trajetórias dos seus antepassados, como por exemplo do patriarca Anselmo Bispo de Souza, que dá o nome a escola. Sobressaindo dessa maneira quão importante ele foi no processo histórico que decidiu-se homenageá-lo.

Dessa forma o material didático utilizado na disciplina de História da identificação é uma cartilha feita pelos líderes da comunidade, a elaboração da cartilha foi construída de forma coletiva, através de oficinas com a participação das lideranças, professores e demais membros da comunidade. Logo, ela abrange conteúdos de Língua Portuguesa, História, Ciências, Geografia, Matemática, artes e Religião (Comunidades Koiupanka, Inhapi, 2007).

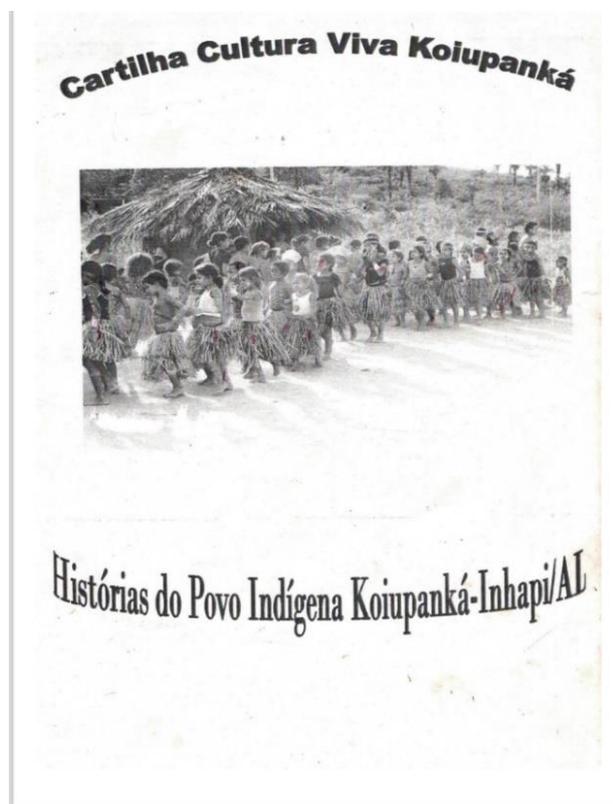
Os conteúdos da cartilha da disciplina de História, fala a respeito da constituição de 1988 sobre os direitos dos povos indígenas, crenças, línguas, tradições, costumes, patrimônio indígena, recursos florestais, proteção ambiental, processo de luta do povo Koiupanká, mitos e sua importância na cultura indígena, comunidade e política, cultura e religiosidade.

A cartilha intitulada "Cultura Viva Koiupanka" foi criada como um registro histórico para o povo Koiupanka em 2007. Seu propósito é oferecer uma compreensão dos direitos e deveres como cidadãos e povos indígenas. Antes da elaboração dessa cartilha, não havia nenhum registro formal sobre a história, cultura e direitos do povo; todo esse conhecimento era transmitido de maneira oral, havendo a necessidade de ter essas informações armazenadas.

Para Bosi (1994), essas memórias coletivas são fundamentais para fortalecer os laços entre os membros da comunidade, pois criam um senso de pertencimento e continuidade. Ao recordar eventos significativos, mitos, rituais e histórias ancestrais, os indígenas reafirmam sua identidade cultural e promovem a coesão social. Além disso, as memórias também servem como um guia para as práticas cotidianas e para a transmissão de conhecimentos essenciais sobre a natureza, a medicina tradicional e as técnicas de sobrevivência.

Assim, a memória não é apenas um repositório do passado; ela é uma força viva que molda o presente e orienta o futuro. Em um mundo em constante mudança, onde as comunidades indígenas enfrentam desafios como a urbanização e a globalização, manter viva a memória coletiva se torna ainda mais vital. Isso garante que as novas gerações compreendam suas raízes e o valor intrínseco de sua cultura, contribuindo para a preservação de sua identidade como povo. Portanto, as memórias são essenciais não apenas para a sobrevivência cultural, mas também para o fortalecimento da autonomia e da dignidade das comunidades indígenas. Desta feita a comunidade reuniu essas memórias e agrupou nessa cartilha como mostra nas figuras a seguir.

Foto 01- Cartilha utilizada na disciplina de História da Identificação



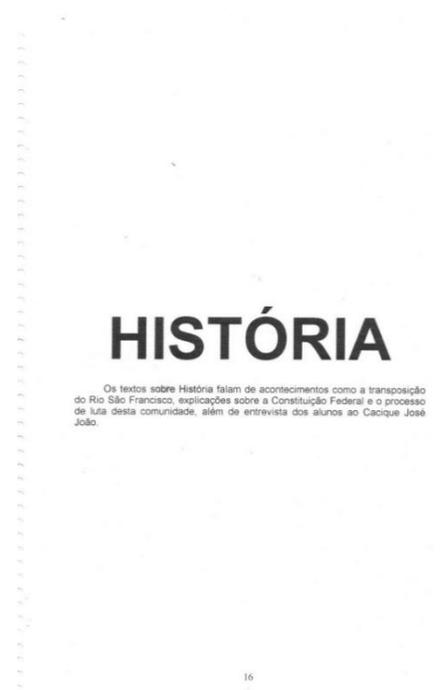
Fonte: foto autoral, 2024.

Foto 02- Cartilha utilizada na disciplina de História da identificação

ÍNDICE	
1 - Apresentação.....	1
2 - Português.....	2
3 - História.....	17
4 - Geografia.....	34
5 - Artes.....	42
6 - Matemática.....	44
7 - Ciências.....	49
8 - Religião.....	52

Fonte: foto autoral, 2024.

Foto 3- Cartilha utilizada na disciplina de História da identificação



Fonte: foto autoral, 2024.

Como ilustra a figura 04, a cartilha destaca a importância das mulheres Koiupanka e suas significativas contribuições para a cultura desse povo. "A história das mulheres Koiupanka começou muito antes do reconhecimento étnico e cultural do povo, uma história de resistência e, acima de tudo, de amor por seu povo" (Comunidade Koiupanka, Inhapi, 2007). Essas mulheres desempenharam um papel fundamental na transmissão de conhecimentos

tradicionais, ministrando aulas de artesanato que envolviam o uso de materiais como cipó, sementes, barro e madeira. Esses ensinamentos não apenas preservavam técnicas ancestrais, mas também habilitavam os jovens da comunidade, promovendo a valorização da cultura local.

Durante as festividades, as mulheres mais velhas assumiam a responsabilidade pela preparação dos alimentos, garantindo que as tradições culinárias fossem respeitadas e compartilhadas. Ao mesmo tempo, as mais jovens se encarregavam da organização dos eventos e dos rituais, demonstrando uma colaboração intergeracional que fortalece os laços comunitários. A participação ativa de todas as mulheres na organização da comunidade é um testemunho da sua importância no tecido social Koiupanká. Elas não apenas mantêm vivas as tradições culturais, mas também desempenham um papel essencial na construção da identidade coletiva e na resistência às adversidades enfrentadas pelo povo.

Foto 04- Cartilha utilizada na disciplina de História da identificação

Foto: Francisco Koiupanká



A história das mulheres Koiupanká, começou muito antes do reconhecimento étnico e cultural do povo, uma história de luta e resistência e, acima de tudo, de amor pelo seu povo.

Nós mulheres Koiupanká, temos um modelo de mulher a seguir, pois, com sua voz calma e sempre com uma palavra sábia para dizer. Preservando e educando seu povo nos rituais sagrados, assim surge uma guerreira. Constrói sua história a cada dia, assim é Iracema. Que teve a coragem de enfrentar o preconceito e transmitir junto aos outros a importância de ser um índio, de ser um Koiupanká.

E como somos todos irmãos, essa coragem que está no sangue de nós, povo, começou a falar mais alto e as outras mulheres, também guerreiras, foram assumindo seus postos, cada uma lutando de forma diferente, mas, com o mesmo objetivo.

E assim, fomos convidados para participar do encontro com as outras aldeias e o CIMI, e as mulheres, mais uma vez estavam presentes, pois, a nossa

representação feminina estava nas jovens índias Silvaneide (Ninha) e Andressa, que mostraram toda a raça e disposição dos Koiupanká a todos e todas presentes.

por Inhapi. As guerreiras mais velhas tratavam da comida para os três dias de festas e rituais. As guerreiras novas tratavam de organizar o local e de recepcionarem os convidados. Cada visitante e parente recebia uma fita com uma semente, que significava um ano de reconhecimento pela sociedade, sendo, que cada povo dos parentes recebiam fitas de cores diferentes, para melhor organizar. Na ocasião, faziam parte ativa da organização Silvania (Vânia), Silvaneide (Ninha), Andressa, Jéssica, Maria irmã de João Suter, Dora, Beta, Albertina e Sidileide.

Nossas guerreiras passaram a fazer parte da vida política da aldeia, participando do conselho local. Faziam parte do conselho Maria, irmã de João Suter, Maria aparecida (Nena), Silvania (Vânia) e Cicera. Este conselho trabalhava analisando casos polêmicos, acontecidos na aldeia a decisões importantes a serem analisadas.

23

Na comunidade, as aulas de História da Identificação devem ser ministradas por um professor indígena, uma vez que o mesmo está apto por ser participante dessa cultura, tendo assim apropriação e pertencimento para o melhor envolvimento na relação professor-aluno. Deste modo, a interculturalidade da escola visa promover o conhecimento científico permitindo e reconhecendo o cumprimento de ações culturais, como por exemplos rituais (Pereira *et al.*, 2016).

Durante o período mencionado, não havia professores indígenas na comunidade capacitados para ensinar a disciplina de História da Identificação. Isto posto, nota-se a importância dessa disciplina, dado que esta possibilita a aproximação do povo indígena com suas raízes, que por muitos anos foram esquecidas e escondidas de uma sociedade desvalorativa, em razão de uma desmotivação vista entre os discentes dessa escola

O ensino diferenciado na escola indígena se manifesta de maneira contínua e abrangente, não se limitando a disciplinas específicas, mas permeando todas as áreas do conhecimento. Essa instituição implementa projetos inovadores que visam fortalecer a cultura e a identidade indígena, promovendo um ambiente de aprendizado que respeita e valoriza as tradições ancestrais.

Um exemplo notável dessa abordagem é o desfile da beleza indígena, (conforme ilustrado nas fotos 05 e 06), um evento vibrante que celebra a rica diversidade estética e cultural da comunidade. Este desfile não apenas destaca as tradições locais, mas também desempenha um papel crucial na promoção da autoestima entre os jovens, reafirmando suas raízes culturais e proporcionando um espaço de reconhecimento e valorização.

Ao integrar esses elementos culturais no cotidiano escolar, a escola indígena não só preserva suas heranças, mas também capacitam seus alunos a se tornarem cidadãos confiantes e conscientes de sua identidade. Assim, o ensino se torna uma ferramenta poderosa para a formação de uma geração que honra o passado enquanto se prepara para o futuro.

Foto 05: Miss e mister Kaiupanká 2018



Fonte: Print do perfil @e.e.ancelmobispodesouza do Instagram ¹

Figura 06 – Miss Koiupanká 2022



Fonte: Print do perfil @grujakamin do Instagram²

¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiobfBaNH4F/?igsh=MWMYNGZzcDI0YXB5Yw%3D%3D>. Acesso em: 14 de jul. 2024.

² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiIqVBwpxF7/?igsh=emIzY3hjM2ZqenVw>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Outro projeto intercultural significativo, conforme mostrado nas fotos 07, 08 e 09, são os Jogos Indígenas. Com mais de dezessete modalidades diferentes, esses jogos são realizados anualmente e envolvem toda a comunidade, com a participação de outras aldeias convidadas a se juntar à celebração. O apoio do município é crucial para o sucesso desses eventos, que servem tanto para a valorização dos adereços e vestimentas tradicionais quanto para a conscientização sobre a importância da cultura indígena. Os Jogos Indígenas promovem um espaço de convivência e troca cultural, onde jovens e adultos podem aprender uns com os outros, reforçando assim os laços comunitários. Conforme afirmado por Pereira et al.,

As ações desenvolvidas nas escolas indígenas fortalecerão cada vez mais a cultura diferenciada dos povos indígenas porque visam às necessidades da educação específica de forma abrangente, com uma ótica no cotidiano das crianças e jovens da comunidade e nos saberes prévios que os mesmos adquiriram com os ensinamentos dos mais velhos (p.9).

Essa abordagem educacional não apenas respeita e valoriza os conhecimentos tradicionais, mas também integra práticas pedagógicas que reconhecem a singularidade das experiências vividas pelos alunos. Por meio dessas iniciativas, as escolas indígenas tornam-se espaços de resistência cultural, onde o aprendizado acontece em um ambiente que respeita as tradições e promove a identidade indígena. Assim, cada ação educativa contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas raízes culturais, prontos para enfrentar os desafios contemporâneos enquanto preservam sua herança.

Figura 07– Jogos Indigenas 2024, modalidade Tacape.



Fonte: Print do perfil @koiupanka do Instagram³

³ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAeQZ_USJ-F/?igsh=ZXVtemt6NnRyZ3Q1. Acesso em: 14 jul. 2024.

Fotos 08 e 09 – Jogos Indígenas 2024, modalidade Corrida com o Cesto.



Fonte: Print do perfil @koiupanka do Instagram⁴

Surge então a necessidade de utilizar-se do pertencimento para o melhoramento do convívio da comunidade,

com o sentimento de pertencimento é possível que as pessoas valorizem e cuidem mais do ambiente que estão inseridos e das pessoas, seres e coisas que ali participam. Também se resgata alguns sentimentos como o amor, o cuidar, valores, ética e respeito (Moriconi, 2014, p. 21).

O pertencimento desempenha um papel fundamental na construção da identidade do indivíduo dentro do contexto social em que está inserido. Essa conexão não apenas fortalece laços comunitários, mas também fomenta uma busca coletiva por uma sociedade mais justa e equitativa. Ao sentir-se parte de um grupo, o indivíduo é incentivado a refletir sobre sua vida e seu ambiente, desenvolvendo um pensamento introspectivo e crítico que é essencial para a formação de uma cidadania ativa e consciente.

Além disso, o ensino de História, quando aliado à valorização do pertencimento comunitário, promove um ambiente educacional mais enriquecedor. Os alunos não apenas aprendem sobre os eventos passados, mas também desenvolvem habilidades críticas que os capacitam a analisar e interpretar as realidades contemporâneas. Essa abordagem integrada pode levar a um aprimoramento significativo da educação e ao fortalecimento das relações interpessoais dentro da comunidade.

⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAeQZ_USJ-F/?igsh=ZXVtemt6NnRyZ3Q1. Acesso em: 14 jul. 2024.

Em síntese, ao unir o ensino de História à promoção do pertencimento comunitário, estamos não apenas melhorando a qualidade da educação, mas também cultivando cidadãos mais conscientes e engajados. Essa sinergia pode resultar em comunidades mais coesas e resilientes, onde a diversidade é celebrada e cada indivíduo se sente valorizado em sua singularidade.

3.1 O ensino diferenciado na escola indígena Anselmo Bispo de Souza

Os povos indígenas têm o direito a uma educação diferenciada, contudo ainda desconhecida pela comunidade exterior. O ensino de História abrange sua cultura, suas raízes e valores que devem ser trabalhados em sala de aula, entretanto esses direitos têm sido negligenciados aos povos indígenas. As temáticas do ensino de História para os índios possibilitam uma aproximação com sua cultura, como também um conhecimento mais profundo sobre suas origens, fortalecendo assim suas raízes de pertencimento. Sobre esse assunto Pereira *et al.* afirma,

Desenvolver um modelo de educação que contemple as especificidades e as necessidades adjacentes de um modo de vida único dos indígenas diferentemente do que prega os parâmetros curriculares nacionais não é tarefa fácil, pois não existem materiais didáticos suficientemente disponíveis para o desenvolvimento de uma “tendência metodológica indígena”. (p.5)

Os conteúdos abordados devem ser adequados a sua cultura, abrangendo inclusive os materiais didáticos que é primordial para auxiliar não só do professor, mas também o aluno que o utiliza. É necessário desenvolver um modelo de educação que atenda as especificidades e necessidades voltado ao modo de vida e de sua etnia, pois cada um vivencia processos históricos distintos. Dessa maneira, os conteúdos abordados têm que está dentro da realidade de cada aluno, e o ensino de História pode proporcionar vivências em sala de aula.

Na nossa experiência como professora estagiária da disciplina de História, conduzimos o ensino de maneira diferenciada, uma vez que todos os temas abordados em sala de aula eram relacionados à realidade da comunidade indígena. O conteúdo era adaptado para assegurar uma mediação constante com a história dos povos indígenas de forma geral. Além disso, a escola dispunha de recursos adicionais, como projetores e televisores, que eram utilizados para enriquecer as aulas e facilitar a compreensão dos alunos.

Embora a falta de interesse por parte de alguns alunos fosse notória, nos dedicamos intensamente para promover um melhor aproveitamento das aulas. Esses recursos não apenas

diversificavam as metodologias de ensino, mas também promoviam um ambiente mais interativo e engajador, permitindo que os estudantes se conectassem de forma mais profunda com os conteúdos abordados. Através dessa abordagem, buscava-se despertar a curiosidade e o respeito pela cultura indígena, incentivando uma reflexão crítica sobre a história e suas implicações na sociedade contemporânea.

O fato de não sermos uma professora indígena, nos fez enfrentar um processo inicial de adaptação que se tornou fundamental para estabelecer uma comunicação eficaz com os alunos no início do ano letivo. À medida que as aulas avançavam, essa interação foi se tornando cada vez mais natural, à medida que ambos os lados se familiarizavam com as nuances culturais e linguísticas que permeavam a sala de aula. Com esse compromisso, nos dedicamos a oferecer o melhor nas aulas, plenamente consciente de que uma educação verdadeiramente adequada às necessidades dos alunos requer o envolvimento ativo do educador ao longo de todo o processo educativo. Como bem destaca Lopes (2009, p. 3): “Não há como acontecer na escola uma educação adequada às necessidades dos alunos sem contar com o comprometimento ativo do professor no processo educativo.”

Essa nossa entrega não apenas favoreceu a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, mas também cultivou um respeito mútuo pela diversidade cultural presente entre os alunos. Assim, ela se tornou uma ponte entre diferentes mundos, promovendo não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o intercâmbio cultural que enriqueceu a experiência educativa de todos.

Durante o período do estágio a turma selecionada para sua realização era composta por dezoito alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II, que frequentam as aulas no turno vespertino. A faixa etária dos estudantes variou entre 11 e 13 anos, refletindo a diversidade típica dessa fase de transição da infância para a adolescência. Um dos desafios enfrentados por essa turma é a falta de livros didáticos suficiente para todos, o que dificulta o andamento das aulas e limita as oportunidades de aprendizado autônomo. A ausência desses materiais pode impactar não apenas a compreensão dos conteúdos, mas também a motivação dos alunos.

Todos os estudantes utilizam uniforme escolar, incluindo a professora titular, o que promove uma sensação de coletividade e igualdade entre eles. A parte inferior do uniforme é escolhida pelos alunos, desde que respeite algumas diretrizes sobre o tamanho e o estilo, permitindo certa liberdade de expressão dentro dos limites estabelecidos pela escola. As carteiras estão dispostas em fileiras, mas podem ser rearranjadas em círculos ou outras configurações dinâmicas, dependendo da metodologia que o professor deseja aplicar durante as

aulas. Essa flexibilidade no ambiente físico busca fomentar interações mais colaborativas e engajadas entre os alunos.

Além disso, alguns alunos têm lugares fixos marcados, o que pode ajudar na criação de um ambiente de conforto e segurança para aqueles que se beneficiam de uma rotina mais estruturada. Essa dinâmica pode ser crucial para promover um ambiente propício ao aprendizado, onde cada aluno se sinta valorizado e parte integrante do grupo. É importante observar também que as interações sociais dentro da sala de aula são ricas e variadas, refletindo as diferentes personalidades e estilos de aprendizagem presentes na turma. O papel do educador é fundamental para mediar essas interações e criar um clima positivo que favoreça o desenvolvimento das habilidades sociais e acadêmicas dos alunos.

A escola opera em três turnos: pela manhã, atende da Educação Infantil até o 4º ano; à tarde, recebe alunos do 5º ao 9º ano; e à noite, oferece aulas para o 1º ao 3º ano do Ensino Médio. É importante ressaltar que essa estrutura não foi sempre assim. Inicialmente, a escola contava apenas com turmas do Ensino Fundamental I, que eram organizadas de forma multisseriada, reunindo diferentes séries em uma mesma sala. Com o passar dos anos, a escola conquistou novos alunos e conseguiu garantir sua permanência, o que possibilitou a ampliação das turmas até o Ensino Médio. Atualmente, cada série possui apenas uma sala devido à demanda reduzida de alunos. Além disso, a escola já ofereceu Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas em 2019 não foi possível formar turmas devido à insuficiência de alunos interessados.

Em relação aos funcionários, a escola tem conseguido, ao longo dos anos, conquistar o direito de operar com a mesma estrutura de outras instituições de ensino. No entanto, o quadro de funcionários ainda é considerado insuficiente, conforme ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 01: Corpo docente, administrativo e técnico da Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza.

NOME DO FUNCIONÁRIO	Função	CHS	Forma de ingresso na escola
Alessandra Silva da Gama	PROF. Series iniciais	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Angélica Maria Silva dos Santos	PROF. Series iniciais	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Carla Joaquina Oliveira dos Santos	PROF. Series iniciais	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Edivânia Pereira da Silva	PROF. Series iniciais	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Jorge Miguel Santos Souza	PROF. Series iniciais	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Gilsineide da Silva Xavier	PROF. Series iniciais	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Maria Márcia Ferreira da Silva	PROF. Series iniciais	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Elizabeth Maria Silva dos Santos	Auxiliar de sala	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Tatiane Clarindo dos Santos	Auxiliar de sala	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
VALDIRENE DOS SANTOS	Auxiliar de sala	25h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Willian Fabiano Silva	PROF. Matemática de 6º ao 9º		Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Aysla Jaquibede Oliveira de Brito	PROF. Ed. Fi		Processo seletivo estadual regular (monitoria)
Lucilene Feitosa da Cruz Lima	PROF. História e Arte		Processo seletivo estadual regular (monitoria)
Maria Genilsa S. Guerra	PROF. Inglês		Processo seletivo estadual regular (monitoria)
Daniel do Nascimento	PROF. Geografia		Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
José Marcos Ferreira da Silva	PROF. Ensino religioso, Sociologia e Filosofia		Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Josefa dos Santos Lima	PROF. Biologia		Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Maria Jane Souza da Silva	PROF. Ciências		Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Maria Lúcia Silva Lima	PROF. Língua Portuguesa		Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Francisco João da Silva	Professor responsável / diretor		
Marcia da Silva Damasceno	Coordenadora pedagógica	20h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
Allyne Jaciara Alves Rios Oliveira	Coordenadora pedagógica	20h	Processo seletivo específico para escolas indígenas (monitoria)
APOIO	FUNÇÃO		
Damião Torres Silva	Vigia		
Eimyslene Ferraz de Melo	AGENTE ADMINISTRATIVO		
José Israel Sandes da Silva	AGENTE ADMINISTRATIVO		
Luiz Cicero Gomes	Vigia		
maria das dores clarindo dos S.	MERENDEIRA		
Maria Iraneide dos Santos Ferreira	Vigia		
Maria Ivania da Silva	AUX. DE SERVIÇOS DIVERSOS		
Maria Jose dos Santos Damasceno	MERENDEIRA		
Silene Cicera dos Santos	AUX. DE SERVIÇOS DIVERSOS		

Elaborado pela autora.

Deste panorama alguns não são indígenas. Uns fizeram processo seletivo específico para as escolas indígenas do estado de Alagoas e outros fizeram a seleção regular para as escolas estaduais. Atualmente não há professor de matemática, química e física do Ensino Médio. A maioria já possui graduação na área que atua e outros estão estudando. Alguns desses professores fizeram a graduação na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, participando de um programa para professores indígenas denominado Programa de Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND. Como também, possui dezesseis professores monitores, indígenas e não indígenas, e três auxiliares de sala.

Faz parte dessa gestão duas coordenadoras pedagógicas, diretor, dois agentes administrativos, três vigias, duas merendeiras e duas auxiliares de serviços diversos. Além do conselho escolar a escola possui regimento e projeto político pedagógico. Em 2018 houve ainda eleição do grêmio estudantil para fortalecer o caráter democrático da escola.

A coordenação é indicação do conselho escolar e direção. Quanto a escolha do diretor é realizada a partir de eleição por aclamação em reunião da comunidade. A maior instância da escola é o conselho escolar escolhido a cada dois anos pela comunidade compondo-se de membros de vários seguimentos. O presidente do conselho é automaticamente considerado o professor responsável pela escola, ou seja, diretor.

O diretor atual está desde 2010 e as duas coordenadoras desde o último processo seletivo que ocorreu no segundo semestre de 2017. Quanto a professora de História iniciou sua colaboração na escola ao final do ano letivo de 2018. Além do conselho escolar, a escola possui regimento e projeto político pedagógico. Em 2018 houve ainda eleição do grêmio estudantil para fortalecer o caráter democrático da escola.

No calendário letivo estão previstas reuniões pedagógica e de pais para também fortalecer o trabalho democrático da escola. Alguns professores de acordo a seleção que fizeram cumprem horas de trabalho na escola semanalmente direcionadas para planejar e realizar outras tarefas relacionadas. Esses momentos são bem utilizados pedagogicamente, entretanto, a maioria não dispõe desta realidade e é complicado conseguir conciliar dia e horário de reunião para todos os professores da escola.

A escola foi avaliada em 2017 e a meta para a séries iniciais foi atingida conforme está explícito na imagem a seguir:

Figura 10 - Metas do INEP e SEDUC da Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza



Fonte: foto autoral, 2018.

Como resultado da observação do prédio foi visto que a escola possui sete espaços que funcionam como salas de aulas. Todos eles construídos em formato de mutirão por indígenas do povo. Há ainda uma oca grande que sempre é utilizada como sala de aula. A escola tem ainda uma secretaria, uma sala de direção, uma de coordenação e três banheiros. As salas são pequenas e possuem ventiladores. O que a comunidade tem como área de lazer é um espaço aberto denominado “Arena Towê” na qual acontece os jogos indígenas, e outras atividades de disciplina de Educação Física, como também os alunos brincam durante o intervalo, conforme mostra as figuras abaixo.

Fotos 11 e 12 - Arena Towê da Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza



Fonte: Foto autoral, 2019.



Fonte: Foto autoral, 2019.

Foto 13 - Oca utilizada como sala de aula na Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza



Fonte: Foto autoral, 2019.

Foto 14 - Secretaria da Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza



Fonte: Foto autoral, 2019.

Foto 15- Banheiros da Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza



Fonte: Foto autoral, 2019.

Foto 16- Fachada da Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza



Fonte: Foto autoral, 2019.

Foto 17- Parte externa das salas de aula da Escola Ancelmo Bispo de Souza



Fonte: Foto autoral, 2019.

Fotos 18 e 19 - Estrutura interna da sala de aula da Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza



Fonte: Foto autoral, 2019.

4 - Considerações finais

O presente trabalho analisou o ensino de História na Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza, localizada em Inhapi, com o objetivo de compreender como essa instituição representa um importante exemplo de valorização da cultura indígena, promoção do fortalecimento da identidade, bem como a garantia do direito à educação intercultural.

Por meio de estratégias específicas, foi possível explorar os desafios encontrados na instituição, a metodologia de ensino aplicada, o sentimento de pertencimento desenvolvido pela comunidade local, as dificuldades enfrentadas pelos professores não indígenas e o modelo de ensino diferenciado adotado na escola.

Neste sentido, a presente pesquisa revelou que os povos indígenas têm direitos a uma educação diferenciada, reconhecendo a importância de ensinar História de forma a abranger sua cultura, raízes e valores. No entanto, esses direitos muitas vezes são negligenciados, criando desafios significativos. O ensino de História pode desempenhar um papel crucial no fortalecimento da identidade e na promoção do pertencimento dos alunos indígenas à sua cultura.

Observou-se ainda que o desenvolvimento de um modelo de educação intercultural, adaptado às necessidades e ao modo de vida dos povos indígenas, não é uma tarefa simples. A falta de materiais didáticos apropriados representa um obstáculo a ser superado, mas a escola indígena se esforça para integrar os saberes e fazeres de todos os envolvidos na educação. A educação indígena, por natureza, é intercultural, pois envolve a interação e o respeito pelas diferentes culturas presentes no Brasil.

A Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza demonstrou que é possível promover um ensino de História que leve em consideração a diversidade cultural, a identidade e o pertencimento dos estudantes. É essencial trabalhar em parceria com a comunidade local e desenvolver práticas pedagógicas que estejam alinhadas com as necessidades e realidades de cada grupo étnico.

Conclui-se que o ensino de História na Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza é um exemplo inspirador de como a legislação educacional brasileira pode ser aplicada de maneira eficaz para promover a valorização da cultura indígena, fortalecer a identidade dos estudantes e garantir o direito à educação intercultural e bilíngue. Este estudo ressalta a importância de se promover práticas educacionais que considerem a diversidade cultural do Brasil, respeitem as especificidades de cada comunidade e garantam o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de sua origem étnica.

Em última análise, a Escola Indígena Ancelmo Bispo de Souza é um exemplo a ser seguido por outras instituições educacionais no Brasil, mostrando que é possível construir um ensino de História que fortaleça a cultura e a identidade dos povos indígenas, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade cultural do país.

Referências

- AZEVEDO, G. G. P. Educação Indígena: desafios e perspectivas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 11(3), 1280-1297, 2016.
- BITTENCOURT, C. **O ensino de história para populações indígenas**. Em Aberto, v. 14, n. 63, 1994.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- BURATTO, L. G. **A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- FERREIRA, I. A. et al. **A Questão indígena na sala de aula: desafios e contradições do ensino e um estudo de caso na Escola de Educação Básica Helena de Oliveira-Pilar/AL**. 2019.
- FERREIRA, R. P. Educação Escolar Indígena: Desafios e Possibilidades. **Revista HISTEDBR On-line**, 20(85), 326-341, 2020.
- LOPES, Rita de Cássia Sores. **A Relação Professor Aluno e o Processo Ensino Aprendizagem**. Paraná, 2009.
- MOREIRA, H. e CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MORONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e identidade**. Campinas, 2014.
- MOURA, F. A. A Educação Escolar Indígena como Direito Fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, 47(165), 143-165, 2017.
- OLIVEIRA, Allyne Jaciara Alves Rios. **Povo Koiupanká e a educação escolar indígena: 15 anos de resistência no sertão alagoano**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.
- PEREIRA, M. P. *et al.* **Autonomia indígena: direto a uma educação escolas específica e diferenciada**. Paulo Afonso, 2016.
- SANTANA, Pedro Abelardo de. Do local ao regional: reflexões sobre a produção histórica no campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2010-2022. In: **Anais eletrônicos XXXII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2023. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693016198_ARQUIVO_44c186f167c9feb34f4fcbf2ee9a487a.pdf . Acesso 04/08/2024.

SANTANA, P. A.; SILVA, M. Uma escola indígena no alto sertão de Alagoas: Reflexões sobre sua história e o ensino diferenciado (2008-2018). **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 2, p. 160-185, 2020.

SANTOS, L. R. Educação Escolar Indígena no Brasil: Reflexões sobre a Lei nº 11.645/2008. **Revista Brasileira de Educação**, 23(73), 1-20, 2018.

SILVA, C. A. S. **Um desafio Jeripancó**: ensino de história na Escola Estadual Indígena José Carapina, sertão de Alagoas (2006-2016). 2017.

SILVA, E. Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. **História & Ensino**, v. 8, p. 45-61, 2002.

SOUZA, L. A. Educação Indígena no Brasil: Direitos Territoriais e Diversidade Cultural. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 95(239), 236-254, 2014.